

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Escola de Ensino Fundamental Ponta Russa

Brusque – SC

2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Prefeito de Brusque

ANDRÉ VEQUI

Secretário(a) Municipal de Educação

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO

Diretor(a) de Ensino

IVANETE LAGO GROH

Diretor(a)

MARCELA PEIXE ODISI

Coordenador(a)

MARCELA PEIXE ODISI

EQUIPE DE ATUALIZAÇÃO DO PPP DA UNIDADE DE ENSINO

Diretor(a)

MARCELA PEIXE ODISI

Professores(as)

ALINE CRISTINA REBELO

ANA CLAUDIA RISTOW

ANTONIO FEITOZA BRAZ

AWDREY BARREIROS CHAVES

ELIANDRO GERMANO FERNANDES

ILZA BATISTA DOS SANTOS

IVONETE DA SILVA PAIVA BARBOSA

JENIFFER CRISTINE DA SILVA

LUCAS CORDEIRO

Monitores(as)

ALCIONE CHAVES MARTINS DOS SANTOS

MARINES DOS SANTOS

THOMAS ANDREY HIPOLITO DA SILVA

Agentes em Atividades de Educação

IVANOR BORGES DE CHAVES

DENISE APARECIDA BALLO IUMES

LEILA DOS SANTOS WOLINGER

MARLI KÜSTER

ROSA MARIA MONTEIRO DA COSTA

Presidente da APP

TAIS MONIQUE CARMAGO DA SILVA

Presidente do Conselho Escolar

JULIANO HOFFMANN

EQUIPE DE ATUALIZAÇÃO DO PPP DA UNIDADE DE ENSINO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 APRESENTAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR	9
1.1 Características e histórico da instituição	9
2.2 Caracterização da comunidade	10
2.2.1 Naturalidade das famílias	10
2.2.3 Bairro de residência das família.....	11
2.2.4 Tempo que reside no bairro/comunidade.....	11
2.2.5 Estado civil dos pais.....	12
2.2.6 Residência do aluno	12
2.2.7 Quantidade de pessoas que residem na casa	13
2.2.8 Dependentes escolares	13
2.2.9 Residência das famílias.....	13
2.2.10 Religião da família.....	14
2.2.11 Horas de lazer.....	14
2.2.12 Principal meio de transporte	14
2.2.13 Acesso a internet em casa/trabalho	15
2.2.14 Nível de escolaridade do pai	15
2.2.15 Nível de escolaridade da mãe.....	16
2.2.16 Área de trabalho do pai	16
2.2.17 Área de trabalho mãe	16
2.2.18 Renda familiar.....	17
2.2.19 Participação na vida escolar do aluno	17
2.2.20 Criança público-alvo da educação especial na família	18
2.3 Diagnóstico de indicadores educacionais.....	18
2.3.1 Desempenho escolar dos alunos	18
2.3.2 Desempenho global da escola.....	18
3 PAPEL DA ESCOLA.....	19
3.1 Visão da Rede Municipal de Ensino de Brusque.....	20
3.1.1 Visão da Escola.....	20
3.2 Missão da Rede Municipal de Ensino de Brusque	20
3.2.1 Missão da Escola.....	20
3.3 Valores da Rede Municipal de Ensino de Brusque.....	21
3.4 Princípios da Rede Municipal de Ensino de Brusque	21
4 DIMENSÃO PEDAGÓGICA	21
4.1 Avaliação.....	22
4.2 Tecnologias Digitais.....	25

4.3 Atendimento Educacional Especializado.....	26
5 DIMENSÃO ADMINISTRATIVA.....	27
5.1 Aspectos gerais da organização escolar	27
5.1.1 Gestão democrática	27
5.1.2 Programas e Projetos	28
5.1.3 Distribuição e ocupação do tempo.....	29
5.1.4 Constituição de turmas, quantidade e turnos de funcionamento	29
5.1.5 Horário de atendimento.....	30
5.2 Formação acadêmica e profissional dos funcionários	30
5.3 Formas de atendimento do Ensino Fundamental	31
5.3 Formas de atendimento da Educação especial.....	32
5.4 Proposta de avaliação institucional	33
5.4.1 Satisfação com o trabalho desenvolvido na escola	35
6 DIMENSÃO FINANCEIRA	36
7 DIMENSÃO FÍSICA.....	37
7.1 Instalações gerais	37
7.2 Acessibilidade	37
8 METAS, AÇÕES E RESPONSÁVEIS	38
9 NORMAS DO REGIMENTO DA ESCOLA.....	40
REFERÊNCIAS	9

INTRODUÇÃO

Todo e qualquer projeto, nos mais diversos campos profissionais, necessita de um planejamento com metas definidas a serem alcançadas. Na área da educação não é diferente.

Partimos da concepção de que “planejar é transformar”, pois toda ação para que se torne eficaz exige um planejamento, e este planejamento deve ser coerente com o diagnóstico da realidade dos nossos espaços escolares.

O Projeto Político Pedagógico aqui é entendido como a organização das propostas pedagógicas administrativas da escola, bem como sua vivência, uma vez que este é o lugar da concepção, realização e a avaliação desta. Deve estar fundamentado na realidade em que estiver inserida a escola, redefinindo claramente seu papel não só na vida escolar do aluno, como na sociedade.

Planejar e construir um PPP, é ter compromisso com uma educação de qualidade e participativa, é a união entre escola e comunidade, pois ambos são indissociáveis.

Este Projeto Político Pedagógico (PPP) tem o propósito, conforme define o parágrafo 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) que orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos, visa à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Tem-se como objetivo que os professores e alunos construam atitudes críticas, que sejam inovadores, livres e conscientes de seus direitos e deveres. A construção dessas atitudes exige mudanças e pressupõe alterações nas relações tradicionais de ensino-aprendizagem. Tal ação exige um planejamento que deixe muito claro para o professor e para o aluno o que, por que e como se vai aprender. Exige que o professor conheça a realidade do aluno e suas redes de relação além de manter afeto e interesse por ele. Exige também um aluno “motivado”, participativo e questionador. Acredita-se que o educando certamente encontrará maior motivação para aprender quando o processo educacional levar em consideração suas necessidades, interesses, afetividade, modo de ver e de viver a vida, e de se expressar, desprezando todo tipo de preconceito.

Compreende-se que a escola com o papel de apenas transmitir conteúdos é inviável e que o indivíduo especializa-se dentro de um contexto onde se instrumentaliza para construir-se como sujeito. Para isso os alunos são orientados para que aprendam a buscar as informações de que necessitam, deem tratamento a elas e, por fim, saibam como utilizá-las. Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define que para assegurar aos estudantes o desenvolvimento das competências gerais, a educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza (BRASIL, 2017).

Sendo assim, o PPP está revestido da relevância do papel da educação no desenvolvimento dos seres humanos, focada no desenvolvimento integral dos alunos, perpassado pela base teórica da BNCC, do Currículo Base do Território Catarinense e da Proposta Curricular de Brusque, a fim de se materializar a formação do aluno na cidadania e para a cidadania. Este trabalho se apoiou na ideia de que conforme a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n.º 9394/95 que o processo de construção de um projeto político-pedagógico requer uma reflexão inicial sobre seu significado e importância:

Artigo 12, inciso I, que vem sendo chamado o 'artigo da escola' a Lei dá aos estabelecimentos de ensino a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica. O artigo 12, inciso VII define como incumbência da escola informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica. Artigo 13, chamado o 'artigo dos professores', aparecem como incumbências desse segmento, entre outras, as de participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino (Inciso I) e elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino (Inciso II). Artigo 14, em que são definidos os princípios da gestão democrática, o primeiro deles é a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola (BRASIL, 1995, p.11-12).

A reelaboração do projeto político pedagógico não trata apenas de assegurar o cumprimento da legislação vigente, mas garantir um momento privilegiado de construção, organização, decisão e autonomia da escola. É necessário destacar-se que mesmo que o PPP se trata de exigência normativa, ele se constitui a priori como instrumento ideológico, político, que se destina sobretudo, a gestão dos resultados a serem atingidos em aprendizagem, através da projeção, da organização, e acompanhamento de todo o contexto escolar. Considera-se o que afirma Betini (2005, p. 38):

O projeto político-pedagógico mostra a visão macro do que a instituição escola pretende ou idealiza fazer, seus objetivos, metas e estratégias permanentes, tanto no que se refere às suas atividades pedagógicas, como às funções administrativas. Portanto, o projeto político-pedagógico faz parte do planejamento e da gestão

escolar. A questão principal do planejamento é então, expressar a capacidade de se transferir o planejado para a ação. Assim sendo, compete ao projeto político - pedagógico a operacionalização do planejamento escolar, em um movimento constante de reflexão-ação-reflexão.

Operacionalizar a ação do planejamento escolar é imprescindível, pois não se trata apenas de assegurar o cumprimento da legislação vigente, mas garantir um momento privilegiado de construção, organização, decisão e autonomia da escola. Nesta perspectiva o PPP, ao estar voltado para construir e assegurar a gestão democrática se caracteriza por sua elaboração coletiva – um documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar.

Parafraseando Veiga (2002), destaca-se a articulação entre o projeto político-pedagógico, o acompanhamento das ações, a avaliação e utilização dos resultados, com a autoria coletiva, intersecção que poderá trazer eficácia ao PPP, daí a notória ênfase dada à democracia escolar. Conforme Veiga (2002, p. 13), o PPP “é também um instrumento que identifica a escola como uma instituição social, voltada para a educação, portanto, com objetivos específicos para esse fim”. Isto porque a autonomia da escola não é, isoladamente, a autonomia dos gestores ou a dos professores ou a dos alunos ou a dos pais. Ela é resultante da confluência de várias formas de pensamento e de interesses diversos que é preciso saber gerir, integrar e negociar. O PPP, portanto, vai significar uma síntese desses diversos interesses e tem como propósito dar um sentido coletivo às autonomias individuais.

O presente documento é fruto de uma ação conjunta, visando atingir aos objetivos educacionais, em função das novas demandas de uma sociedade global e emergente onde o amanhã sempre reserva surpresas, exigindo criatividade e muita dedicação no fazer pedagógico da escola, inserida na sua realidade, com suas peculiaridades, onde a resposta de sua ação é claramente identificada, analisada e avaliada constantemente.

Ao construir-se o Projeto Político Pedagógico considerou -se a realidade que circunda a Escola e as famílias de nossos alunos, pois a realidade social dos alunos afeta a sua vida escolar, e os dados levantados devem contribuir para orientar todo o organismo escolar para o propósito de tratar tais constatações com a devida relevância, transformando-os em currículo, objeto de planejamento e potencial de aprendizagem.

Optou-se também por salientar a historicidade da Escola e o valor histórico-cultural que ela construiu e ainda representa na vida dos cidadãos da comunidade. Dentro desta perspectiva ela, a Escola, é sem dúvida, forte elemento da identidade local. Em um segundo momento, analisou-se as condições físicas e os recursos humanos disponíveis para a efetivação do Projeto, como também as metas e planejamentos. Estudou -se os últimos resultados dos anos de ensino de modo a reorientar nosso plano de ação visando a melhoria significativa nos resultados de aprendizagem e a busca pela excelência no ensino superando os déficits passados.

E finaliza-se dizendo que, acordado com todos os encontros, discussões e pontos em comum, e ainda pensando diversidade de formações acadêmicas, pessoais e sociais de cada profissional que contribuiu para a construção desse Projeto, enquanto escola, buscar-se-á um clima escolar que priorize a empatia, o acolhimento ao outro (seja ele aluno ou servidor), o cotidiano escolar na cidadania e em prol dela, além da alta expectativa na aprendizagem dos alunos, pois acredita-se que todos podem aprender e que todos são iguais nas diferenças, por isso precisam de tratamentos pedagógicos específicos, bem planejados e acompanhados. O resultado dessa perspectiva pode e deve ser acompanhado por avaliações processuais e de resultado, notadamente transformadas. E, principalmente, firme-se o compromisso de garantir a base teórica trazida à luz de documentos oficiais que norteiam as práticas de ensino.

1 APRESENTAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

1.1 Características e histórico da instituição

A “Escola de Ensino Fundamental Ponta Russa” situa-se na rua Ponta Russa nº 837, bairro Ponta Russa, distante do centro aproximadamente sete quilômetros. O bairro conta com uma igreja católica, um salão paroquial, uma Unidade Básica de Saúde, um Centro de Educação Infantil, uma tinturaria, uma tecelagem, um minimercado, três pequenas lojas de roupas, uma oficina mecânica, uma associação recreativa e esportiva e dois salões de beleza. Conforme o Censo IBGE de 2010 a população do bairro Ponta Russa é de 2126 habitantes, representando 2,02% da população do município de Brusque, composta por 1.050 homens (49,4%) e 1.076 mulheres (50,6%), sendo que 3,5% tem idade acima de 65 anos, 23,3% idade de 0 a 14 anos e 73,2% idade de 15 a 64 anos.

A E.E.F. Ponta Russa iniciou suas atividades, por volta da década de 40, em casa alugada por Daniel Monfardini com 32 alunos matriculados nas quatro séries, tendo como primeira professora Ozilda da Silva (1946). Mais tarde, a Escola recebeu a doação de um terreno dos senhores Pedro Sbardelatti e Carlos Miguel Bertolini. Assim, em 1983, o governo do estado de Santa Catarina inaugura a denominada “Escola Isolada Ponta Russa”. Em 1996, a escola é ampliada pela Prefeitura Municipal de Brusque, porém somente em 1998 passa a ser responsabilidade da Rede Municipal de Ensino. De acordo com a redistribuição de encargos e responsabilidades estabelecidas na Emenda Constitucional 14/96 e Lei do FUNDEF 9424/26, a escola passa a denominar-se “Escola Multisseriada Municipal Ponta Russa”. Somente em 2000, a Prefeitura Municipal de Brusque altera a identificação dos estabelecimentos de ensino mediante o Decreto nº 4.623, passando a denominá-la de “Escola de Ensino Fundamental Ponta Russa”.

A gestão da E.E.F. Ponta Russa é exercida pelo Diretor, o qual foi designado para exercer sua função através de indicação, e se divide entre as funções de direção e coordenação. Na E.E.F. Ponta Russa a Associação de Pais e Professores (A.P.P.) e o Conselho Escolar constituem-se através de eleições que ocorrem a cada dois anos. A Atual A.P.P. tomou posse no mês de maio do ano 2020, tendo sua representação até o mês de maio do ano de 2022 e o Conselho Escolar tomou posse no mês de abril de 2021, tendo sua representação até o mês de abril de 2023. São realizadas reuniões bimestrais a fim de discutir as principais ações a serem realizadas na Unidade Escolar.

O gerenciamento de recursos materiais e financeiros destinados à escola é realizado pelo Diretor em conjunto com a APP, Conselho Escolar e funcionários da escola. Atualmente, a unidade escolar recebe verbas advindas dos seguintes programas do governo federal: PDDE Básico, PDDE Qualidade – Sustentável e PDDE Integral. Inicialmente, o diretor, a equipe escolar, membros da A.P.P. e o Conselho escolar identificam as melhorias necessárias no ambiente através de reuniões, definem o destino dos gastos com bens de custeio e capital conforme a possibilidade que cada programa oferece e a equipe gestora realiza as compras e prestação de contas dentro dos prazos estabelecidos pelos programas. Através de Assembleia Geral Ordinária, realizada no primeiro trimestre do ano, é estipulado o valor da contribuição espontânea das famílias, que ocorre mensalmente e também auxilia a escola em pequenas despesas que possam ocorrer eventualmente.

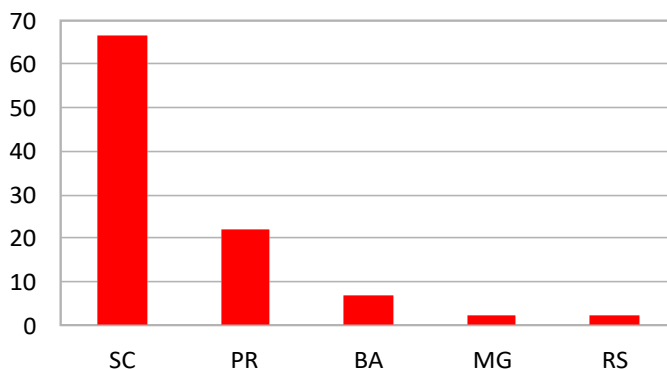
Atualmente, a escola conta com 74 alunos distribuídos entre 1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos do ensino fundamental. A equipe escolar é composta por um diretor, oito professores por Admissão em Caráter Temporário (ACT), um professor do AEE (ACT) três monitores II e um monitor III (ACT), uma merendeira, uma servente efetiva, uma servente (ACT) e um agente de serviços gerais (ACT). Os alunos recebem merenda fornecida pela prefeitura, onde o cardápio é elaborado por uma nutricionista.

A EEF Ponta Russa tem apresentado bons resultados educacionais, já que casos de evasão não tem ocorrido nos últimos anos e o índice de reprovação é mínimo.

2.2 Caracterização da comunidade

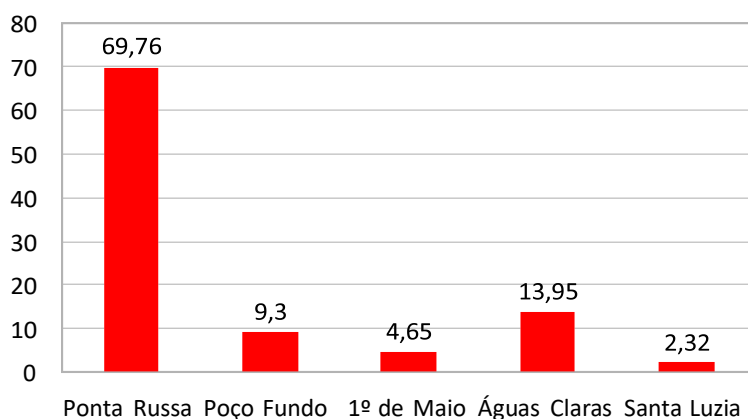
2.2.1 Naturalidade das famílias

As famílias que compõe a comunidade escolar apresentam diversidade quanto à sua naturalidade. Conforme pesquisa, a maioria das famílias são naturais de Santa Catarina (66,6%), outra parcela significativa afirma ser do Paraná (22,22%), seguido por Bahia (6,6%), Minas Gerais (2,2%) e Rio Grande do Sul (2,2%).



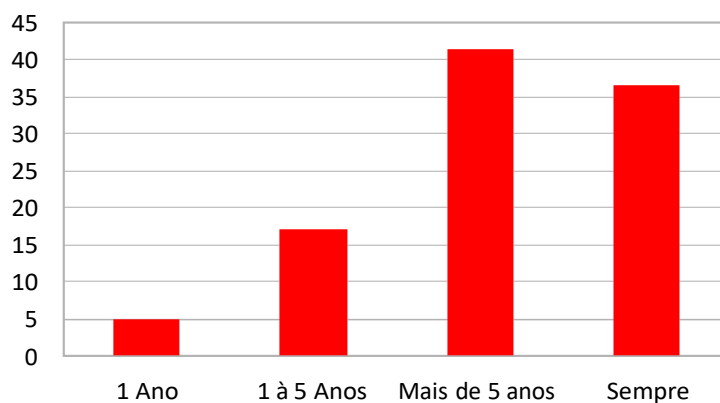
2.2.3 Bairro de residência das família

O atendimento da escola se destina, sobretudo, às famílias que residem no próprio bairro, conforme a pesquisa demonstra. Uma pequena parcela vem dos bairros vizinhos como: Águas Claras, Poço Fundo, Ponta Russa, Primeiro de maio e Santa Luzia.



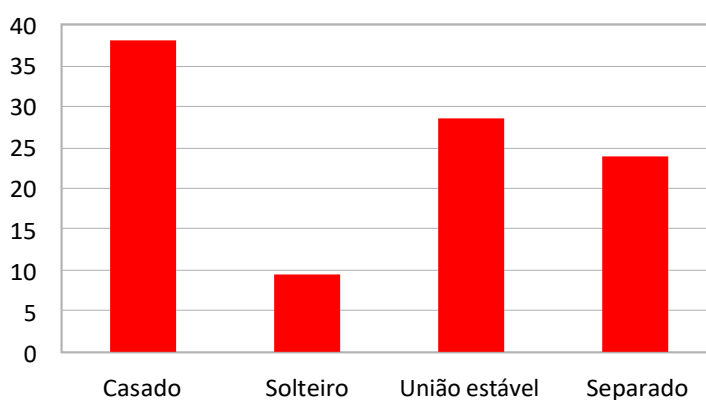
2.2.4 Tempo que reside no bairro/comunidade

A partir dos dados coletados, percebe-se que a comunidade que frequenta a escola, hodiernamente, é composta na sua maioria por pessoas que vieram de outras regiões ou cidades. Por isso, um pouco mais de 40% das famílias declararam que residem a mais de 5 anos, seguido por aqueles que residem desde sempre. Já, como pequena parcela, são os que moram entre 1 à 5 anos ou em um espaço de tempo menor que 1 ano.



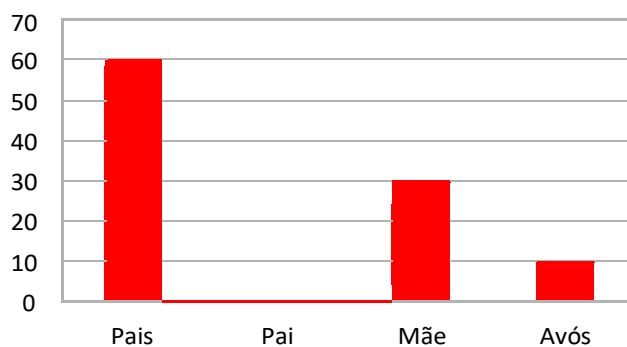
2.2.5 Estado civil dos pais

Nota-se que um pouco mais de 35% dos pais declararam-se casados. Outros, cerca de 28%, vivem em união estável. Aqueles que estão separados representam aproximadamente 23%. Uma pequena parte são solteiros, de acordo com o gráfico abaixo.



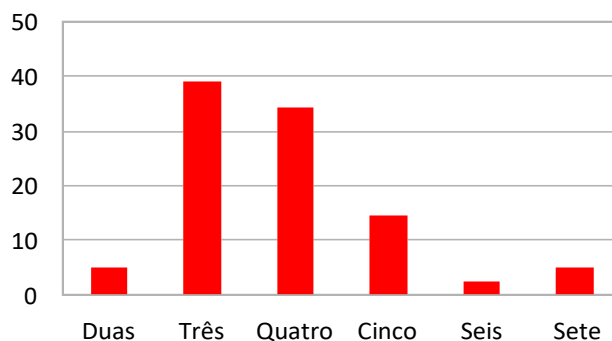
2.2.6 Residência do aluno

Os alunos residem em sua maioria com o pai e mãe (58%). Outros residem com a mãe somente (30%). Quem reside com os avós (9%) ou pai (2%) representa uma pequena parte.



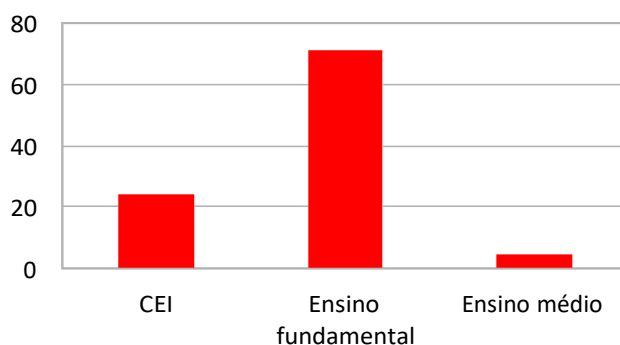
2.2.7 Quantidade de pessoas que residem na casa

Em relação à quantidade de pessoas, constatou -se que 39% das famílias é composta por três pessoas, 34% por quatro pessoas, 14% por cinco pessoas e os 13% restantes se dividem entre duas, seis ou sete pessoas que residem na mesma casa.



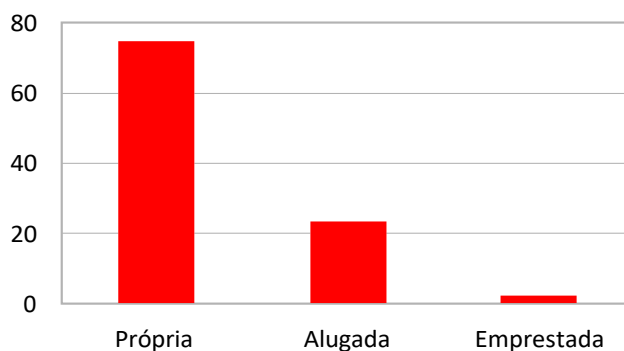
2.2.8 Dependentes escolares

Conforme os dados coletados, os alunos que frequentam a escola possuem familiares frequentando outras etapas da Educação Básica na seguinte proporção:



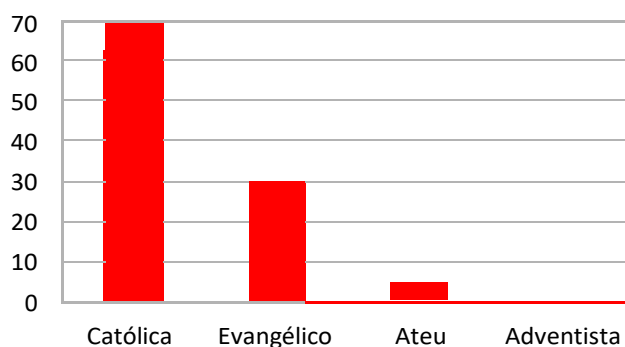
2.2.9 Residência das famílias

A maioria da comunidade escolar declarou possuir residência própria, seguido por aqueles que alugam e, minoritariamente, os que vivem em residência emprestada, conforme gráfico:



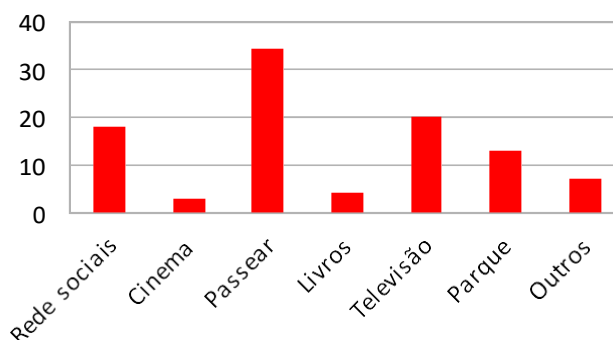
2.2.10 Religião da família

A comunidade se divide nas seguintes religiões: católicos, evangélicos, ateus e adventistas, segundo os dados apresentados no gráfico:



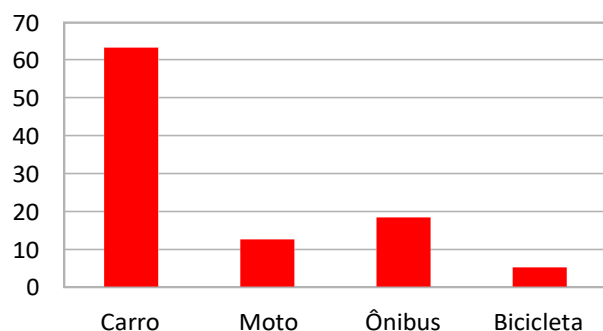
2.2.11 Horas de lazer

Nota-se que a maioria das famílias utilizam suas horas de lazer para passear, assistir televisão ou para acessar redes sociais. E, por outro lado, em sua minoria, as famílias vão ao parque, ao cinema ou leem livros. Segue o gráfico:



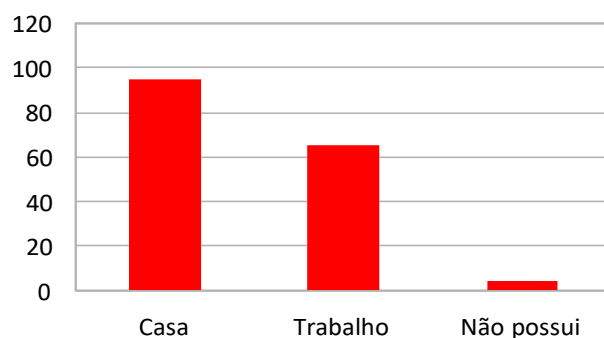
2.2.12 Principal meio de transporte

Os principais meios de transporte utilizados pelas famílias são carros, motos, ônibus e bicicleta na proporção apresentada pelo gráfico:



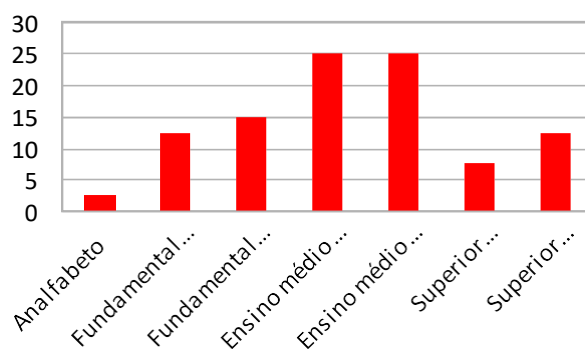
2.2.13 Acesso a internet em casa/trabalho

Os indicadores demonstram que mais de 80% das famílias acessam a internet de suas casas, enquanto um pouco mais de 60% acessam do seu ambiente de trabalho e menos de 5% afirmaram não possuir acesso.



2.2.14 Nível de escolaridade do pai

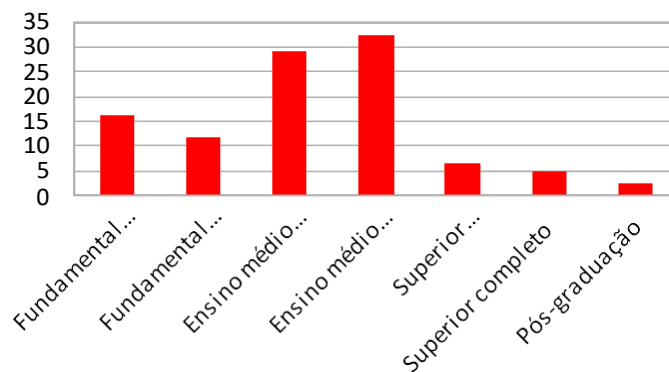
A escolaridade dos pais se divide, na sua maioria, entre Ensino Médio Incompleto ou Ensino Médio Completo, seguido por aqueles que concluíram o Ensino Fundamental. Um pouco mais de 10% terminaram o Ensino Superior e menos de 3% são analfabetos.



2.2.15 Nível de escolaridade da mãe

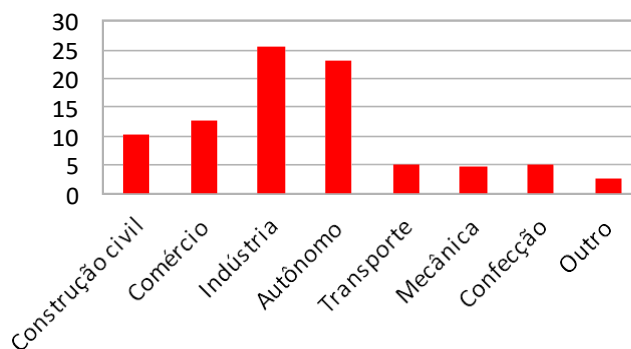
A escolaridade das mães se divide, na sua maioria, entre Ensino Médio Incompleto ou Ensino Médio Completo, seguido por aquelas que têm Ensino Fundamental Incompleto.

Um pouco mais de 10% terminaram o Ensino Fundamental e nenhuma se declarou analfabeta.



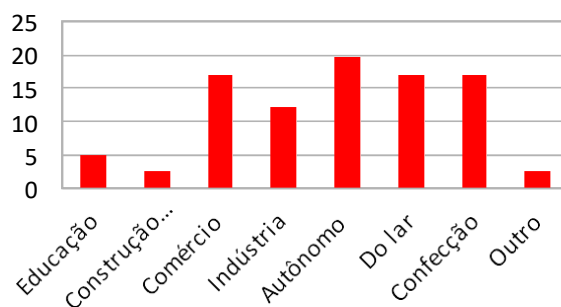
2.2.16 Área de trabalho do pai

Conforme a pesquisa, muitas são as profissões que os pais atuam, dentre elas se destaca por ter um maior índice, a profissão de autônomo e trabalhos em indústrias, totalizando quase 50%.

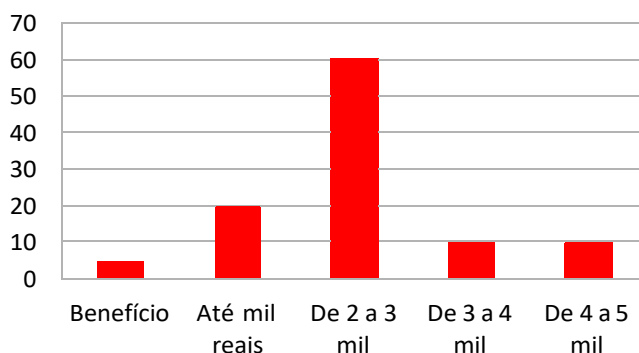


2.2.17 Área de trabalho mãe

Conforme a pesquisa, muitas são as profissões que as mães atuam, dentre elas se destaca a profissão de autônoma, comerciante, confecção, do lar e trabalhos em indústrias, totalizando quase 60% das mães.

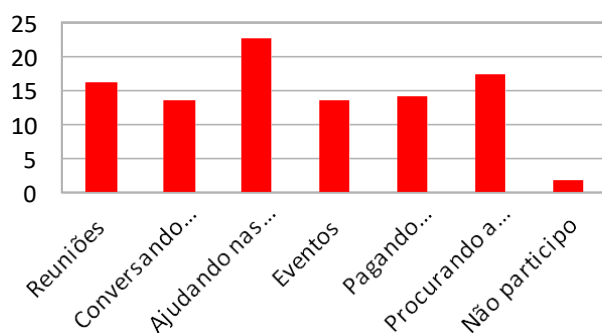


2.2.18 Renda familiar



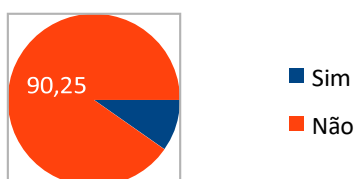
2.2.19 Participação na vida escolar do aluno

De acordo com a pesquisa, a participação dos pais ou responsáveis na vida escolar do aluno é boa, pois 22% declararam que ajudam nas tarefas, 17% procuram a equipe gestora da escola, 16 % frequentam as reuniões e 1% declarou que não participa da vida escolar do filho.



2.2.20 Criança público-alvo da educação especial na família

Como parte integrante da realidade educacional inclusiva, hoje não se pode mais pensar em uma escola sem inclusão e como mostra a pesquisa quase 10% dos alunos são público-alvo da educação especial.



2.3 Diagnóstico de indicadores educacionais

A EEF Ponta Russa tem apresentado bons resultados educacionais, já que casos de evasão e reprovação não tem ocorrido nos últimos anos.

2.3.1 Desempenho escolar dos alunos:

	2020	2021	2022
APROVAÇÃO	100%	100 %	100%
REPROVAÇÃO	0	0	0
EVASÃO	0	0	0

2.3.2 Desempenho global da escola:

DESEMPENHO DA ESCOLA NO SAEB			
SAEB 2017		SAEB 2021	
LÍNGUA PORTUGUESA	223,14	LÍNGUA PORTUGUESA	238,14
MATEMÁTICA	223,75	MATEMÁTICA	239,61

IDEB DA ESCOLA	
2017	2021
6.0	6.9

3 PAPEL DA ESCOLA

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) norteará os fazeres pedagógicos. Ela tem por objetivo estabelecer conhecimentos, competências, e habilidades que os estudantes precisam desenvolver durante a escolarização básica.

A escola é o grande espaço de socialização do aluno, é onde ele se prepara para viver em sociedade, também deve ser um espaço lúdico e prazeroso, além de transmitir

conhecimento. Precisa ser capaz de formar cidadãos preparados para uma sociedade marcada pela diversidade e difundir valores cívicos e democráticos.

A realidade atual exige que se reconheça que a nova geração possui outros modos de aprendizagem; hoje são múltiplas maneiras de aprender, de forma mais contextualizada e não linear, diferente da estrutura que imperava no passado.

Segundo Libâneo (2007) são três os objetivos da escola: (1) *“a preparação para o processo produtivo e para a vida em uma sociedade técnico-informacional; (2) formação para a cidadania crítica e participativa; (3) formação ética”*.

Sendo assim o papel da escola é socializar o conhecimento e atuar na formação moral dos alunos, é essa soma de esforço que promove o pleno desenvolvimento o indivíduo como cidadão. A escola é o lugar onde a criança deverá encontrar os meios de se preparar para realizar seus projetos de vida, a qualidade de ensino é, portanto, condição necessária tanto na sua formação intelectual quanto moral.

Assim a escola é uma importante instituição que auxilia no desenvolvimento social, aprimorando habilidades e competências dos indivíduos.

3.1 Visão da Rede Municipal de Ensino de Brusque

Contribuir para a formação da consciência voltada para a sustentabilidade e a promoção da vida.

3.1.1 Visão da Escola

Educação voltada para a formação integral do educando.

3.2 Missão da Rede Municipal de Ensino de Brusque

Promover ensino de qualidade por meio de políticas educacionais de valorização do conhecimento e de práticas pedagógicas inovadoras.

3.2.1 Missão da Escola

Garantir aos educandos o direito de acesso aos conhecimentos indispensáveis para a construção de sua cidadania.

3.3 Valores da Rede Municipal de Ensino de Brusque.

A) Espírito de Equipe;

B) Inovação;

C) Cooperação;

D) Integridade;

E) Conhecimento;

F) Compromisso.

3.4 Princípios da Rede Municipal de Ensino de Brusque

A) Trabalhar em conjunto de forma cooperativa e integrada para que a SEME cumpra suas atribuições e produza resultados de forma eficiente e eficaz;

B) Desempenhar as funções com dedicação, responsabilidade e tempestividade;

C) Colaborar com as necessidades e demandas das unidades escolares;

D) Guia-se por princípios de ética e responsabilidade no trato dos bens públicos e no cumprimento das atribuições da SEME;

E) Habilidade técnica para desempenhar as funções;

F) Desenvolver novos métodos para a organização de rotinas e procedimentos para a condução do trabalho.

4 DIMENSÃO PEDAGÓGICA

No ano de 2019 a Rede Municipal de Ensino da cidade de Brusque desenvolveu sua Proposta Curricular inspirada na Base Nacional Comum Curricular e no Currículo Base do Território Catarinense. Partindo desses documentos, as unidades escolares reformularam seus Projetos Políticos Pedagógicos, com a premissa de ressignificar o contexto escolar. Portanto, o PPP da nossa escola deve auxiliar todos os profissionais que aqui estão trabalhando, bem como aqueles que ainda virão na tarefa de reflexão e discussão de aspectos do cotidiano da prática pedagógica, de forma decisiva buscando profundas e imprescindíveis transformações.

Todo o referencial teórico-metodológico e currículo estão alinhados a Proposta Curricular do Município, cabendo às escolas organizar-se a partir desse documento e desenvolver como as questões metodológicas e avaliativas serão colocadas em prática. A Estrutura Curricular da escola avança e se aprimora de acordo com o avanço e aprimoramento da Proposta Curricular Municipal.

“A metodologia proposta para a Educação da Rede Municipal de Educação de Brusque, requer uma ação pedagógica voltada à um processo educativo inovador,

considerando todos os envolvidos como sujeitos deste processo”. (BRUSQUE, 2019) Diante disso, compreende-se o aluno como um sujeito ativo, inventivo, afetivo, investigador que com a mediação do outro constrói e amplia seu repertório cultural e conhecimento de mundo. Destaca-se o papel do professor nos processos de ensinar e aprender como aquele que medeia o conhecimento científico e o aluno.

4.1 Avaliação

A avaliação não tem como objetivo quantificar os resultados, mas sim a partir das observações diárias diagnosticar as dificuldades dos alunos e através deste diagnóstico retomar as competências gerais e específicas, habilidades, linguagens e gêneros para que a aprendizagem seja alcançada pelo educando. O processo de avaliação deve respeitar a singularidade de cada aluno. A avaliação subsidiará o aluno como instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para reorganização na tarefa de aprender. Para avaliar o aluno de forma significativa, deve-se ter uma visão ampla do significado de avaliar; levando-se em conta o desenvolvimento integral do sujeito durante o período e usando para isso uma diversidade de instrumentos avaliativos. Os educadores procuram, de modo geral, fazer uma avaliação voltada ao desenvolvimento do aluno, observando princípios de responsabilidade, empatia, participação, dinamismo e desempenho.

Em consonância com a Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Brusque, do primeiro ao nono ano a avaliação é numérica e o ano letivo estará dividido em três trimestres. Durante cada trimestre os professores precisam realizar no mínimo três avaliações do aluno, sendo que obrigatoriamente uma dessas avaliações deve ser uma prova operatória individual. Quando a menção numérica anual for igual ou superior a 6,0 (seis), o aluno está aprovado. Este processo de avaliação e o trabalho de recuperação paralela proporcionará o avanço do aluno pela nota. E observa-se durante todo o período a evolução, dificuldades e limitações de cada um. Caso o professor perceba grande dificuldade de aprendizagem em determinado aluno, este encaminhará à coordenação pedagógica que tomará as providências cabíveis junto da família.

A recuperação paralela acontece no decorrer de todo o processo, ou seja, paralelo ao momento de aprender e ensinar. Ela se dá de modo cíclico e é garantida em lei. Nesta perspectiva, entende-se que se o aluno não compreendeu, e ou, não atingiu determinado conhecimento terá oportunidade para aprendê-lo de outra forma, que será oferecida pelo

professor; através de atividades relacionadas ao mesmo tema e habilidade. Assim, a recuperação paralela tem em seu fim a garantia de aprendizagem de habilidades e conhecimentos e não uma forma de recuperar nota ou frequência.

A reprovação dá-se ao não atingir a média anual 6,0 em no mínimo três componentes curriculares observando sempre os registros de ocorrência no sistema professor *online*, todavia em conselho de classe existe a possibilidade de mesmo reprovado em três ou mais componentes curriculares o conselho tomar decisões de aprovar o aluno levando em consideração sua integralidade e limitações mediante documento. Os instrumentos de avaliação poderão ser objetivos ou subjetivos, ou seja, podem ser relatos; resultados atitudinais; capacidade de oralidade, escrita e estética; avaliações escritas (objetivas e subjetivas); gestualidade, entre outros que dão conta de representar aquilo que se projeta como avaliação neste PPP.

Quanto ao Critérios de Avaliação temos: a) pontualidade e assiduidade; b) organização dos materiais; c) envolvimento, participação, autonomia e iniciativa na escola e fora dela; d) capacidade de relacionar-se com quem convive na escola; e) interesse, participação e contribuições intelectuais nas aulas; f) respeito e valorização das opiniões dos outros; g) cooperação nos trabalho em grupo; h) respeito e cuidado pelo patrimônio público; i) capacidade de práticas cidadãs quanto aos seus direitos e deveres; j) comprometimento às comunicações e documentos recebidos; k) apreensão e aprendizagem de habilidades, linguagens e gêneros; l) estabelecimento de relações entre conhecimentos e culturas; m) desenvolvimento motor, afetivo, cognitivo, social, digital e do exercício da cidadania; n) criatividade, organização, autoestima e autoconfiança.

Cabe ao professor avaliar para verificar, não exclusivamente as competências construídas ou em via de se construir, mas é preciso que se messe a eficácia do seu trabalho, podendo buscar apoio e replanejar sua práxis pedagógica. Avaliar neste sentido é compreender que há diferentes modos de aprender; que se avalia o processo de aprendizagem e não ações isoladas. Isto tudo com o intuito de estreitar as distâncias entre a avaliação e os objetivos projetados para o ano letivo. Parafraseando Esteban (2008), é mobilizar corações e mentes, afeto e razão, desejos e possibilidades. É gerar identidade a quem avalia, normatizar sua ação, definir etapas e procedimentos escolares, mediar relações, determinar continuidades e rupturas, orientar a prática pedagógica. Isso num processo contínuo de reflexão que se transforma em ação, ou seja, um instrumento

interativo de acompanhamento do processo ensino-aprendizagem constituído de um olhar observador e reflexivo, delineando o destino das ações educativas.

O ato de avaliar necessita ser coerente com os objetivos propostos e isso acontece por meio de um processo contínuo de observação e registros do trabalho dos alunos; promovendo o avanço e possibilitando subsídios para um trabalho pedagógico. Como sugere Hoffmann (1996, p. 18):

a avaliação é uma reflexão transformada em ação. A ação essa que nos impulsiona às novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre sua realidade e acompanhamento do conhecimento. Um processo interativo, através do qual educandos e educadores aprendem sobre si mesmos e sobre a realidade escolar no ato próprio da avaliação.

E nesta perspectiva as aulas precisam ser construídas em sequências didáticas e/ou projetos didáticos, para que os alunos compreendam o discurso do texto e foquem o gênero textual. Neste processo os alunos se sentem cuidados, reconhecidos e importantes, pois são avaliados para serem promovidos e não pura e simplesmente examinados, selecionados e quantificados.

4.2 Tecnologias Digitais

Regressando ao domínio da educação e da cultura, parece que o maior risco reside, essencialmente, na criação de novas rupturas e de novos desequilíbrios. Estes novos desequilíbrios verificam-se entre as diversas sociedades, isto é, entre as que souberam adaptar-se às novas tecnologias e as que não fizeram por falta de recursos financeiros ou vontade política (DELORS, 1996).

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) vêm imprimindo modificações profundas e de alcance global na sociedade atual, criando e transformando o comportamento das pessoas, possibilitando novas formas de interação, produção e acesso à informação, além de formarem novos mercados, as TDIC têm criado novos alicerces para a Educação e pode-se dizer que têm potencialidade para transformá-la, e até mesmo revolucioná-la.

As TDIC se apresentam como ferramentas para aprimorar os processos de ensinar e aprender, como complementos que ampliam as atividades pedagógicas e/ou dão condições para que novas formas desses processos possam ser aplicadas. Com base

nessas concepções, pode-se então afirmar que as TDIC sempre devem ser percebidas como um meio para os processos pedagógicos, e nunca como um fim. A ideia de meio nos remete ao cenário em que ensinar e aprender acontecem independente de qualquer ferramenta ou tecnologia, fundamentam-se na mediação, e não dependem exclusivamente de recursos tecnológicos para acontecerem. Por outro lado, na perspectiva de amplificar os processos de ensinar e aprender, não é possível concebê-los sem o uso efetivo das tecnologias na educação, principalmente, aquelas mediadas pelo uso do computador.

Nesse sentido, pode-se apresentar duas grandes ações diante das tecnologias no cotidiano escolar:

a) podem servir como suporte ao docente, para o planejamento, organização e ampliação de sua ação pedagógica, numa espécie de plano de fundo à ação educacional propriamente dita;

b) podem ter aplicação direta com os discentes e modificar por meio dos recursos tecnológicos a pedagogia que se aplica ao fazer educacional.

Ambas as ações são parte do cotidiano escolar nessa perspectiva, porque essas se completam numa relação dialógica, alicerçando o fazer educacional baseado em tecnologias digitais. As ações que envolvem a prática das tecnologias educacionais no cotidiano das escolas devem estar em sintonia com a BNCC. Para tanto, o foco das tecnologias educacionais, seu sentido de existir dentro da escola, é de empoderar professores e alunos, para uma caminhada, a fim de amplificar o ensino e a aprendizagem, aperfeiçoando formas tradicionais, fomentando novas formas de aprender, como por exemplo as salas de aula invertida, o uso do Moodle e de outras plataformas educacionais, e conduzindo o processo para a autonomia e para uma sintonia global com um mundo que se tornou digital.

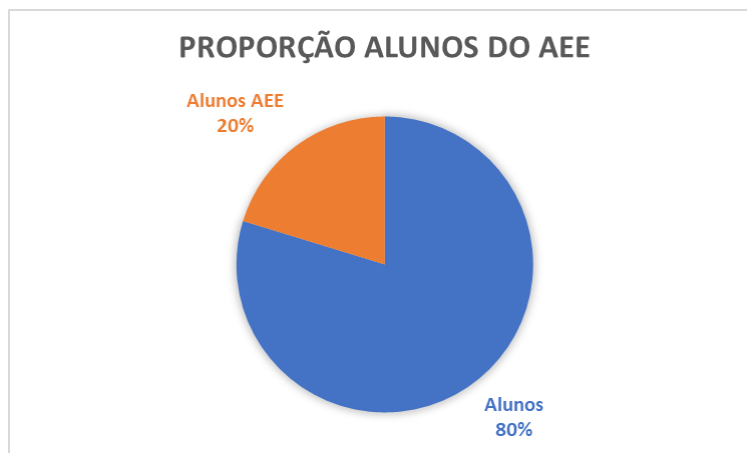
Desta forma a escola tem a disposição 36 chromebooks e 1 tela interativa, no qual os professores têm autonomia para utilizá-los na realização de pesquisas, trabalhos, utilização de ferramentas online, jogos pedagógicos entre outros.

4.3 Atendimento Educacional Especializado

O aluno com necessidades especiais recebe atendimento especializado dentro da sala de aula em que sua turma estuda, realizando atividades dentro de suas possibilidades e também na sala de Atendimento Educacional Especializado. A ele é destinado um monitor, o qual aplica atividades adaptadas elaboradas pelo professor regente para o aluno, de acordo com o conteúdo/objetos do conhecimento trabalhados na turma em que estuda. Este atendimento acontece no âmbito escolar/sala de aula regular com o trabalho do

professor regente e auxiliar (monitor/professor AEE) e exige avaliação diferenciada além do Atendimento Educacional Especializado que se dá por meio de conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos específicos. As estratégias de trabalho levam em conta a necessidade de cada aluno, complementando e/ou suplementando a educação do ensino regular. O AEE é um ambiente educacional especializado, adaptado na sua estrutura e nos seus recursos pedagógicos que visa atender os alunos com necessidades educativas especiais no contraturno, com o intuito de que a partir de atividades de porte lúdico o aluno em questão, consiga desenvolver-se nas áreas específica, psicológica, social, cognitiva e afetiva. O público-alvo contemplado pelo AEE está descrito no capítulo II, artigo 5.º da Resolução 01/2019 de 26 de março de 2019 do COMED.

A escola possui uma pequena sala, o professor do AEE faz os atendimentos nas segundas-feiras, quintas-feiras e sextas-feiras. Atualmente são atendidos no AEE 16 alunos. Vale ressaltar que mesmo nossa escola sendo pequena, apresenta quando demanda nessa área. Do total de alunos da escola 20% utilizam os serviços.



5 DIMENSÃO ADMINISTRATIVA

5.1 Aspectos gerais da organização escolar

5.1.1 Gestão democrática

A Escola de Ensino Fundamental Ponta Russa, no que tange à gestão, reafirma seu compromisso com ética, assentando seu processo educativo nos princípios do respeito ao outro e apreço à liberdade. Ser ético é ser capaz de exercer a gestão de forma democrática, como princípio que abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira. Gestão democrática aqui proposta implica o poder compartilhado e a participação efetiva do coletivo como compromisso que supera o individualismo e tem, na partilha, seu referencial maior. É dessa forma que, em nossa escola, ética e democracia andam juntas.

A gestão democrática tornou-se obrigatoriedade não só sob a égide da Lei nº 9.394/96, mas também do ponto de vista da qualidade da educação. Tal perspectiva denota o cunho participativo necessário a uma gestão atual, integrada às reais necessidades e aos anseios da comunidade. Sendo assim, em nossa escola, a democracia caracteriza-se por uma postura aberta e de argumentação receptiva, o que significa constituir formas de participação em que todos possam compartilhar as decisões à medida que, envolvidos, constroem consensos.

Nesse sentido, para dar suporte e condições reais para participação a todos os atores da Escola e na mais variada amplitude, a instituição conta com órgãos e colegiados que, em sua forma e dinâmica, contribuem para consolidar a gestão democrática na Escola.

São eles: Conselho Escolar, Associação de Pais e Professores, Grêmios Estudantis e Conselho de Classe.

O Conselho Escolar é um colegiado constituído de acordo com as normas estabelecidas em lei, por membro nato, por representantes de outros segmentos representativos da escola e da sociedade. As atribuições do Conselho Escolar definem-se em função das condições reais da escola, da organização do próprio Conselho Escolar e das competências dos profissionais em exercício na unidade escolar. Através dele é possível ampliar as possibilidades de soluções dos problemas, reforçar compromissos e criar a possibilidade de mudança, dando suporte e legitimidade às decisões do gestor.

A Associação de Pais e Professores é constituída por representantes dos pais, professores, funcionários da escola e membros da comunidade, sem caráter político, religioso, racial e sem fins lucrativos. A APP tem como objetivos principais: assistência ao educando; aprimoramento da qualidade do ensino; integração família-escola-comunidade; contribuir para a melhoria e conservação do aparelhamento e do estabelecimento escolar; investir, em conjunto com a Secretaria de Educação, na capacitação dos professores; oferecer, em conjunto com a Secretaria de Educação, condições humanizadas de estudo aos alunos, e trabalho aos servidores; e a valorização do trabalho dos servidores da Instituição, partindo da premissa que em um espaço que acolhe não só o corpo discente, mas todos que fazem parte do processo educacional no espaço escolar, os resultados educacionais tendem a ser muito melhores.

O Grêmios Estudantis é mais um órgão democrático dentro da escola e é formada pelos alunos dos Anos Finais da Escola. O Grêmios Estudantis tem como objetivo representar os interesses dos estudantes em cinco eixos: comunicação, cultura, esporte, entretenimento, social e cidadania.

O Conselho de Classe tem papel fundamental para o estabelecimento de ensino, pois é uma instância avaliativa que analisa, discute e delibera sobre os processos de ensino e aprendizagem, tornando-se assim, parte integrante do processo de avaliação desenvolvido no decorrer do ano letivo. O Conselho de Classe é soberano e tem o poder de aprovar e reprovar os alunos levando em consideração suas notas, além de sua produção e desenvolvimento durante o ano letivo.

5.1.2 Programas e Projetos

A Rede Municipal favorece o desenvolvimento de alguns projetos e participa de programas com o objetivo de promover a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais de educação e de outras áreas em diferentes áreas sociais.

Projetos: Chácara Edith, Visitando museus, Proerd, Saúde escolar, Transitolândia, Vamos à Biblioteca, Defesa civil, Observatório, Educar para prevenir, Trânsito Quiz, Recreio monitorado.

5.1.3 Distribuição e ocupação do tempo

O tempo escolar é um dos elementos constitutivos da organização do trabalho pedagógico. O calendário escolar ordena o tempo: determina o início e fim do ano, prevendo os dias letivos, as férias, os períodos escolares em que o ano se divide, os feriados cívicos e religiosos, as datas reservadas à avaliação, os períodos para reuniões pedagógicas, formações dos docentes e demais profissionais da escola. Ao início de cada ano letivo a escola recebe o calendário escolar da Secretaria de Educação (SEME), o qual é analisado por todos os profissionais da escola. Partindo deste e respeitando-o, a escola organiza seu próprio calendário. As mudanças das datas postas no calendário fornecido pela SEME, só é possível após prévia consulta e autorização da mesma.

A escola cumpre a carga horária de 800 horas distribuídas em um mínimo de duzentos dias letivos conforme preconizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB em seu artigo inciso I, seguindo um regime seriado anual dividido em três trimestres, com cinco aulas diárias de segunda a sexta-feira, com duração de quarenta e cinco minutos cada. Todos os dias, acontece um intervalo de quinze minutos, no matutino entre a segunda e a terceira aula no vespertino entre a terceira e quarta aula.

5.1.4 Constituição de turmas, quantidade e turnos de funcionamento

A EEF Ponta Russa é constituída por cinco turmas do Ensino Fundamental Anos Iniciais, ou seja, 1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos divididos em dois turnos, matutino e vespertino. No

turno matutino acomodam-se as turmas do 1º, 4º e 5º anos. As turmas do 2º e 3º anos são alocadas no período vespertino, neste ano de 2023 a escola atende 79 alunos organizados em 5 turmas.

2023			
Matutino		Vespertino	
Ano/Turma	Nº de Alunos	Ano/Turma	Nº de Alunos
1º U	17	2º U	19
4º U	13	3º U	16
5º U	14		

5.1.5 Horário de atendimento

A escola atende a comunidade brusquense, especialmente a de Ponta Russa, oferecendo o ensino fundamental I – Anos Iniciais nos períodos matutino e vespertino, nos seguintes horários: 07h 30min às 11h 30min - 13h 00 min às 17h 00 min.

5.2 Formação acadêmica e profissional dos funcionários

No ano de 2023 a EEF Ponta Russa apresenta um quadro de funcionários composto por 18 servidores, sendo eles diretor, professores, monitores e serventes, conforme a tabela abaixo:

FUNCIÓNÁRIO	CARGO	FORMAÇÃO	TURMA
Alcione Chaves Martins	M2/Secretária	Ensino Médio	Todas
Aline Cristina Rebelo	Professora	Ensino Superior	5º ano e Aprende +
Ana Claudia Ristow	Prof. Inglês	Ensino Superior	Todas
Antônio Feitoza Braz	Prof. Aprende +	Pós-Graduação	Todas
Awdrey Barreiros Chaves	Professora	Pós-Graduação	3º e 4º ano

Leila dos Santos Wolinger	Merendeira	Ensino Fundamental Incompleto	Todas
Denise Aparecida Ballo Lumes	Merendeira	Ensino Fundamental Incompleto	Todas
Marcela Peixe Odisi	Diretora	Pós-Graduação	Todas
Marines dos Santos	Monitor II - Inclusão	Superior Completo	3º e 4º ano
Thomas Andrey Hipolito da Silva	Monitor II - Inclusão	Superior Incompleto	2º e 5º ano
Ilza Batista dos Santos	Prof. Ed. Física	Pós-Graduação	3º e 4º ano
Ivanor Borges de Chaves	Servente	Ensino Fundamental	Todas
Ivonete da Silva Paiva	Professora	Pós-Graduação	Todas
Jeniffer Cristine da Silva	Professora	Pós-Graduação	1º e 2º ano
Lucas Cordeiro	Professor	Pós-Graduação	Todas

Marli Küster	Servente	Ensino Fundamental	Todas
Rosa Maria Monteiro	Servente	Ensino Fundamental Inc.	Todas
Eliandro Germando Fernandes	Prof. AEE	Pós-Graduação	AEE

5.3 Formas de atendimento do Ensino Fundamental

O atendimento aos alunos dos Anos iniciais deve estar alinhado aos preceitos da BNCC, levando em consideração a condição desse público, nesse sentido a BNCC (2015, p. 58-59) orienta:

As características dessa faixa etária demandam um trabalho no ambiente escolar que se organize em torno dos interesses manifestos pelas crianças, de suas vivências mais imediatas para que, com base nessas vivências, elas possam, progressivamente, ampliar essa compreensão, o que se dá pela mobilização de operações cognitivas cada vez mais complexas e pela sensibilidade para aprender o mundo, expressar-se sobre ele e nele atuar.

Toda a equipe escolar, sobretudo a equipe gestora e professores, precisam ter as suas ações pedagógicas alinhadas a ideia de que os interesses das crianças são o meio chave para que, aos poucos, eles sejam inseridos num ambiente de aprendizagem que os possibilite ampliar a sua visão de mundo.

A maior parte dessa vivência que amplia a compreensão de mundo se dá em um contexto relacional, muitas vezes, em interações com os seus colegas maiores, onde se espelham e se inspiram, e, outras vezes, com os seus companheiros menores, auxiliando os nas suas limitações, explicando regras e rotinas de funcionamento. Também, com os professores e profissionais escolares a criança aprende ao mobilizar o seu cognitivo na assimilação dos momentos oportunos para cada situação, momento de fala, direito de falar, dever de ouvir.

Como se trata de uma Unidade Escolar que possui alunos do 1º ao 5º ano, não se têm rotinas especiais que demandam cuidados excessivos. Porém, uma organização de funcionamento é importante. Por isso, a EEF Ponta Russa estabelece alguns critérios.

O sino toca para marcar o início das aulas, com isso as crianças se organizam em filas e, quando necessário, o diretor passa orientações e recados, além das boas-vindas.

Em seguida, cada turma se dirige para as suas respectivas salas. Os horários de aulas são seguidos pelos professores e após a terceira aula as crianças vão para o recreio, para alimentação e descanso. Nesse momento, uma turma se dirige à sala de informática para a prática de jogos educativos, enquanto os demais ficam no pátio, jogando pebolim, tênis de mesa e sinuca.

Terminado o horário de lanche, todos novamente se organizam em filas. Uma vez por semana é cantado o hino nacional e o hino de Brusque. Posteriormente, retornam para as salas de aula até completar as cinco aulas. Na saída, aqueles que utilizam ônibus fazem fila e são acompanhados por um monitor. Os demais são orientados a saírem devagar para evitar acidentes.

5.3 Formas de atendimento da Educação especial

O AEE (Ambiente Educacional Especializado) funciona de modo peculiar na comunidade escolar. Os alunos público-alvo são atendidos na sala de recursos multifuncionais da EEF Poço Fundo. Esse atendimento é realizado uma vez por semana por um professor habilitado, podendo ser o atendimento complementar e/ou suplementar. Esses atendimentos acontecem no contraturno, de forma individual ou em pequenos grupos, no tempo aproximado de uma hora levando em consideração o fator idade, deficiência, habilidade.

Estes alunos também são acompanhados em sala de aula, pois a monitora e professora regente são orientadas pela professora da sala multifuncional, quanto a utilização de materiais adaptados para que o aluno possa utilizá-lo como facilitador do processo de aprendizagem. A professora do AEE também auxilia nos encaminhamentos para os profissionais da saúde e no desenvolvimento de relatórios referentes ao desenvolvimento do aluno.

Nos atendimentos do AEE, não são trabalhados os conteúdos específicos do currículo, sendo assim não podem ser caracterizados como reforço. O que se busca abordar neste ambiente especializado são questões que envolvem autonomia, noção espacial, coordenação, lógica e concentração, para uma maior inserção destes alunos não só na realidade escolar, como também no meio social em que vivem. Priorizando ações que oportunizem o acesso, a permanência e o êxito dos mesmos no espaço escolar.

É importante destacar que “especiais” devem ser consideradas as alternativas e as estratégias que a prática pedagógica deve assumir para remover barreiras para a aprendizagem e participação de todos os alunos. (Carvalho, R.E. Removendo barreiras à aprendizagem. Porto Alegre, 2000, p.17)

RESOLUÇÃO Nº 01/2019 COMED DE 26 DE MARÇO DE 2019:

Art. 5º - São considerados estudantes público-alvo da educação especial: I - Estudantes com deficiências: consideram-se estudantes com deficiência aqueles que apresentam impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. II - Estudantes com Transtorno do Espectro Autista – TEA: consideram-se estudantes com transtorno do espectro autista, aqueles com deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e nas interações sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento e por padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. III - Estudantes com Altas Habilidades/Superdotação: os estudantes com altas habilidades/superdotação, são aqueles que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. IV - Nos casos que implicam em transtornos não tipificados nos incisos I, II e III do artigo 5º desta resolução, mas que impactam na interação educacional do estudante, o atendimento da educação especial atuará de forma articulada com o ensino regular, orientando para a construção de estratégias que contemplem as demandas apresentadas por estes estudantes.

Art. 8º - A avaliação do desempenho escolar do público-alvo da educação especial deverá basear-se em uma ação pedagógica, processual e formativa, considerando o conhecimento prévio, o nível atual do desenvolvimento do estudante, as possibilidades de aprendizagens futuras, bem como, os aspectos qualitativos que indiquem as intervenções pedagógicas do professor.

5.4 Proposta de avaliação institucional

A avaliação institucional é um dos elementos que compõe a gestão democrática do ensino, uma vez que dá voz a todos os envolvidos no processo de educação para que exponham os seus pareceres quanto ao desempenho da instituição. Dessa forma, o que se busca ao aplicar a avaliação institucional é uma efetiva melhoria na qualidade da Educação Básica. A proposta inicial é realizar a Autoavaliação, onde os membros do corpogestor, pedagógico, discente e demais funcionários e responsáveis dos alunos realizarão.

A Avaliação Institucional da EEF Ponta Russa ocorrerá semestralmente, contando com a participação dos alunos, professores e demais funcionários. Para tanto, seguirá uma metodologia dividida em três etapas: preparo, desenvolvimento e consolidação.

No preparo será nomeado pela direção uma comissão, presidida por ela, composta por membros de todos os segmentos que atuam no dia a dia escolar. Essa mesma comissão efetuará o planejamento, estabelecendo datas para cada etapa da avaliação. Posteriormente, será construído o projeto de avaliação contendo todos critérios e abrangendo todos os membros da Unidade Escolar. Este projeto poderá ser customizado conforme as necessidades e de acordo com a sensibilização da comissão frente a realidade escolar.

O desenvolvimento se refere a execução propriamente dita da avaliação. Para que a execução alcance resultados significativos é de suma importância que a equipe gestora sensibilize os funcionários e alunos acerca da importância da realização da avaliação institucional, de como ela pode ser instrumento valioso para as melhorias na escola. A efetiva realização da avaliação institucional poderá acontecer de maneira física ou virtual, dependendo da possibilidade de se criar um formulário de tal porte na ferramenta Moodle, que pode facilitar na compilação dos resultados. Sendo de modo físico ou virtual, analisar-se-á todas as avaliações para, futuramente, construir relatórios que facilitem a compreensão.

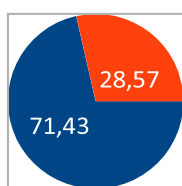
Na terceira etapa, chamada de consolidação ocorrerá a divulgação dos resultados mediante infográficos dispostos nos murais da escola e também no blog para que seja acessível a todos. Com os resultados em mãos a equipe gestora poderá estabelecer metas e ações para sanar possíveis fragilidades. Depois de tomada algumas ações, a equipe gestora acompanhará as atitudes tomadas pelos responsáveis, afim de atingir o aperfeiçoamento. Com isso, no final será confrontado os resultados com as ações tomadas e assim retroalimentará a avaliação com as melhorias feitas.

De modo a efetivar a avaliação institucional foi realizada uma pesquisa de satisfação com as famílias. Nessa situação, todos os elementos que compõe a realidade educacional foram colocados em pauta. Abaixo seguem os infográficos:

5.4.1 Satisfação com o trabalho desenvolvido na escola

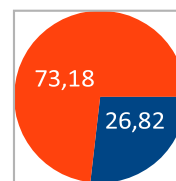
Limpeza

Cozinha



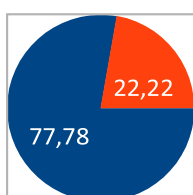
■ Muito bom
■ Bom

Monitores



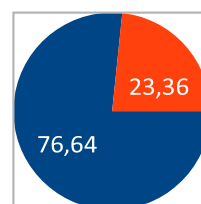
■ Bom
■ Muito bom

Secretária



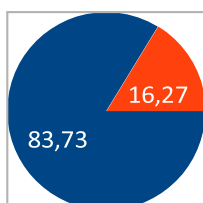
■ Muito bom
■ Bom

Professores



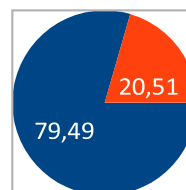
■ Muito bom
■ Bom

Coordenador

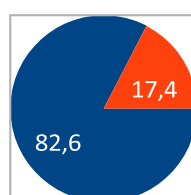


■ Muito bom
■ Bom

Diretora



■ Muito bom
■ Bom



■ Muito bom
■ Bom

O gerenciamento financeiro da EEF Ponta Russa está a cargo da Diretoria da Associação de Pais e Professores em conjunto com a direção escolar, onde mediante as

contribuições espontâneas fornecidas pelas famílias arrecada-se fundos para o custeio dos serviços essenciais à atividade escolar, como telefone, internet, aluguel de impressora, materiais de uso pedagógico e, inclusive, peças para manutenções e pequenos reparos.

As contribuições tiveram como valor de referência a quantia de R\$ 20,00 (vinte reais) mensais e cada família participa conforme a sua possibilidade, isto é, pode contribuir ou não, seja com a quantia estipulada ou quantia inferior. Na Primeira Assembleia Geral é fixado em acordo com a comunidade o valor de referência e cada família pode expor a sua opinião dando sugestões ou apresentando críticas.

A cada início de mês é encaminhado para as famílias o cartãozinho de contribuição, conforme retornam para a escola são contabilizados em balancetes. No mês subsequente divulga-se o balancete com demonstrativo das receitas e despesas do mês antecedente, assim, os interessados podem questionar e se inteirar acerca da vida financeira da Unidade Escolar.

Como requisito legal a contabilidade da escola é realizada por um contador legalmente credenciado, que se empenha em corrigir as possíveis irregularidades, tornando, dessa forma, os atos administrativos cristalinos.

Além dos recursos próprios, a escola recebe todos os anos recursos provenientes de programas Federais de incentivo à educação. Os programas dos quais advém verbas são PDDE Básico, PDDE Integral e PDDE Sustentável. Cada programa toma como base as informações fornecidas durante o Censo Escolar e encaminha a quantidade de pecúnia conforme a realidade e necessidade do estabelecimento de ensino. Essa receita, para ser utilizada, precisa respeitar uma série de fatores burocráticos como, por exemplo: três orçamentos, destinação adequada da parte referente à custeio e capital. Respeitados esses requisitos a aplicação é possível. Todos os anos a direção escolar em conjunto com a diretoria da APP deve prestar contas dos gastos.

7 DIMENSÃO FÍSICA

7.1 Instalações gerais

Hoje a escola conta com 3 salas de aula, 1 secretaria, 1 sala de informática (a qual faz divisão com umas das salas de aula improvisada), 1 cozinha, 3 banheiros, sendo 1 masculino, 1 feminino e 1 social, 1 refeitório aberto, 1 sala do AEE, 2 varandas cobertas, 1 pátio concretado e coberto e 1 depósito para materiais de Educação Física.

As 3 salas de aulas e a secretaria são equipadas com ar condicionado, adquiridos com recursos próprios da escola. Cada sala de aula é equipada com aparelhos de TV e DVD, sendo que as tvs foram doadas pela prefeitura e um aparelho de DVD foi adquirido pela escola e outro doado por uma mãe de aluna. As salas de aula estão equipadas com armários novos e antigos.

Quanto as dimensões da escola, temos 2 salas de aula com tamanho padrão de 48m², 1 sala de aula com 21m² e 2 varandas cobertas com 60m². Através dos recursos enviados pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) foram adquiridos um purificador de água, um bebedouro industrial com reservatório, um data show, um aparelho de som, um microfone, uma caixa de som, utensílios de cozinha, tinta para pintura do pátio, 1 máquina fotográfica digital, 1 lava jato, bandinha rítmica, materiais diversos para secretaria além de coleções de livros para enriquecer o trabalho em sala de aula e livros de literatura para os alunos.

A escola não possui biblioteca, porém foi criado um espaço para o incentivo à leitura no refeitório, adaptando-se uma estante onde os livros de literatura ficam expostos para que os alunos realizem a troca de livros durante cada semana, orientados por uma monitora.

7.2 Acessibilidade

Conforme a Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência (nº 13.146/2015), acessibilidade é a disposição do espaço que proporcione autonomia e segurança para a pessoa com deficiência. Dessa forma, é necessário, para que haja um ambiente acessível, uma série de recursos estruturais que possibilitem a qualquer pessoa com deficiência um deslocar com protagonismo e sem riscos. Contudo, atualmente, a EEF Ponta Russa não possui estruturas voltadas para pessoas com deficiência, seja ela física ou visual. Assim, como projeto a ser executado seria a efetivação de estruturas voltadas para as possíveis pessoas com deficiência que algum dia poderão estudar nesta unidade de ensino.

8 METAS, AÇÕES E RESPONSÁVEIS

DIMENSÃO PEDAGÓGICA:

Ações	Objetivos específicos	Recursos	Período início/	Respon sáveis pela ação
Ação nº 1: <ul style="list-style-type: none"> Trabalhar em questões administrativas dependentes; 	<ul style="list-style-type: none"> Rever, implementar e avaliar o PPP; Construir o calendário da escola; Elaborar rotina de trabalho; 	Recurso humano e material	Fevereiro/Março	Direção/Coordenação
Ação nº 2: <ul style="list-style-type: none"> Planejar a formação continuada da equipe docente; 	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar o Plano de Formação Continuada; Construir o calendário de reuniões de Formação Continuada; Reservar momentos para estudo da Proposta Pedagógica Municipal; 	Recurso humano, material e tecnológico	Fevereiro/Dezembro	Direção/Coordenação
<ul style="list-style-type: none"> Ação nº 3: Acompanhar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades 	<ul style="list-style-type: none"> Organizar momentos para acompanhamento de aulas; Analisar as metodologias utilizadas em sala e intervir caso 	Recurso humano, material e tecnológico	Fevereiro/Dezembro	Direção/Coordenação

DIMENSÃO ADMINISTRATIVA, FÍSICA E FINANCEIRA

Ações	Objetivos específicos	Recursos	Período início/fim	Responsáveis pela ação
Ação nº 1: <ul style="list-style-type: none"> • Melhorar e Revitalizar a estrutura física da escola; 	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer manutenção do telhado, fiação elétrica, tubulações/esgoto, verificar pressão da 	Humanos e Secretaria Municipal de Educação e PDDE.	Fevereiro/Dezembro	Direção/APP / SEME
	água, pintura de paredes e conserto de desníveis do pátio.			
Ação nº 2: <ul style="list-style-type: none"> • Criar parcerias com outras entidades; 	<ul style="list-style-type: none"> • Buscar parceria com empresas da comunidade com objetivo de arrecadar recursos financeiros/pedagógicos; 	Humanos e parcerias de instituições	Fevereiro/Dezembro	Direção/APP
Ação nº 3: <ul style="list-style-type: none"> • Seguir o calendário escolar; 	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprir o calendário escolar conforme publicação; 	Recurso humano, material e tecnológico	Fevereiro/Dezembro	Direção/Coordenação

<p>Ação nº 4:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coordenar e realizar reuniões com a equipe escolar; 	<ul style="list-style-type: none"> • Organizar e realizar reunião com a equipe escolar (todos os funcionários) sempre que houver necessidade; 	<p>Recurso humano. material e tecnológico</p>	<p>Fevereiro/Dezembro</p>	<p>Direção/Coordenação</p>
<p>Ação nº 5:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Manter os registros documentais organizados; 	<ul style="list-style-type: none"> • Organizar os documentos e registros em pastas ou atualizá-los caso seja necessário; 	<p>Recurso humano. material e tecnológico</p>	<p>Abril/Maio</p>	<p>Direção/Coordenação</p>
<p>Ação nº 6:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Manter atualizado os dados cadastrais das estudantes; 	<ul style="list-style-type: none"> • Revisar fichas cadastrais dos alunos/atualizá-las providenciando documentos pendentes; 	<p>Recurso humano. material e tecnológico</p>	<p>Abril/Maio</p>	<p>Direção/Coordenação</p>

<p>Ação nº 7:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a transparência dos recursos financeiros; 	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar os resultados das promoções ou Rifase prestar contas de toda a captação de recursos financeiros; • Efetuar os três orçamentos conforme rege a lei; • Realizar reuniões com registro em atas 	<p>Recurso humano. material e tecnológico</p>	<p>Fevereiro/Dezembro</p>	<p>Direção/APP</p>
--	--	---	---------------------------	--------------------

	com APP, Conselho Escolar;			
--	----------------------------------	--	--	--

GESTÃO EDUCACIONAL DEMOCRÁTICA:

Ações	Objetivos específicos	Recursos	Período início/fim	Responsáveis pela ação
Ação nº 1: <ul style="list-style-type: none"> Fazer reuniões pedagógicas; 	<ul style="list-style-type: none"> Orientar os professores sobre a proposta pedagógica da rede, bem como sanar dúvidas, ouvir as dificuldades e propor soluções; 	Recurso humano, material e tecnológico	Fevereiro/Dezembro	Direção/Coordenação

<p>Ação nº 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Levantar dados através de pesquisas junto à comunidade escolar interna e externa; 	<ul style="list-style-type: none"> • Atualizar dados socioeconômicos/perfil dos alunos atendidos na instituição através questionários impressos /google 	<p>Recurso humano. material e tecnológico</p>	<p>Maio/Junho</p>	<p>Direção/Coordenação</p>
---	--	---	-------------------	----------------------------

	forms, ou consulta esugestões de atividades promovidos pela instituição;			
Ação nº 3: <ul style="list-style-type: none"> • Atualização e revisão do documento do PPP; 	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão o PPP por meio de ação coletivados membros da instituição; 	Recurso humano. material e tecnológico	Junho	Direção/Coordenação
Ação nº 4: <ul style="list-style-type: none"> • Revisar/atualizar Regimento Escolar; 	<ul style="list-style-type: none"> • Revisitar o Regimento Interno juntamente com a equipe da instituição e APP para atualizar e fazer a divulgação do mesmo; 	Recurso humano. material e tecnológico	Junho/Julho	Direção/Coordenação/APP
Ação nº 5: <ul style="list-style-type: none"> • Fazer reuniões com professores, alunos, pais e APP. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar reuniões sempre que necessário com o professores, pais e alunos; • Realizar a cada dois meses reunião com APP; 	Recurso humano. material e tecnológico	Fevereiro/Dezembro	Direção/Coordenação/APP

<p>Ação nº 6:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definir democraticamente utilização dos recursos recebidos do PDDE e da Contribuição Social. • Utilizar de forma adequada e eficaz os recursos 	<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar de maneira responsável e a partir de decisão coletiva os recursos financeiros, visando melhoria para a escola. 	<p>Recurso humano. material e tecnológico oAPP PDDE</p>	<p>Fevereiro/Dezembro</p>	<p>Direção//APP</p>
--	---	---	---------------------------	---------------------

recebidos;				
Ação nº 7: <ul style="list-style-type: none"> • Promover eventos para resgatar e buscar a participação da família na escola • Dia da Família Mostra dos trabalhos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar as atividades pedagógicas realizadas pelos alunos; • Valorizar suas produções e trazer os pais para que conheçam os avanços de seus filhos. 	Recurso humano, material e tecnológico	Fevereiro/Dezembro	Direção/Coordenação/APP
Ação nº 8: <p>Realizar eventos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Homenagens Cívicas; • Gincana da Semana da Criança. • Festa Junina • Evento de Natal 	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular o civismo e a formação de bons cidadãos; • Promover eventos que valorizam as crianças e a infância; • Estimular as expressões artísticas e culturais da nossa região. 	Recurso humano, material e tecnológico	Fevereiro/Dezembro	Direção/Coordenação/APP
Ação nº 9: <ul style="list-style-type: none"> • Atualizar constantemente o Mural Escolar; 	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer a divulgação dos gastos do mês; • Anexar recados e eventos da instituição; • Expor trabalhos dos alunos; 	Recurso humano e material	Fevereiro/Dezembro	Direção

Ação nº 10: <ul style="list-style-type: none">• Gerenciar a organização e o funcionamento da	<ul style="list-style-type: none">• Tomar as decisões de forma coletiva;	Recurso humano. material e tecnológico	Fevereiro/Dezembro	Direção//APP
--	--	--	--------------------	--------------

<p>escola em parceria com a APP;</p>				
<p>Ação nº 12:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Organizar coletivamente os tempos e espaços da escola acompanhando seu desenvolvimento ; 	<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar aos estudantes novos espaços que favorecem a aprendizagem e o desenvolvimento dos mesmos; 	<p>Recurso humano. material e tecnológico</p>	<p>Fevereiro/Dezembro</p>	<p>Direção/Coordenação/APP</p>
<p>Ação nº 13:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Propiciar qualidade nos processos de ensino e aprendizagem, observando as diretrizes curriculares e a legislação; 	<ul style="list-style-type: none"> • Efetivar ações que melhorem e garanta a qualidade do ensino e aprendizagem significativa; 	<p>Recurso humano. material e tecnológico</p>	<p>Fevereiro/Dezembro</p>	<p>Direção/Coordenação/APP</p>
<p>Ação nº 14:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Zelar pelo bom funcionamento dos espaços educacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer monitoramento/acompanhamentos do trabalho dos profissionais da escola; 	<p>Recurso humano e material</p>	<p>Fevereiro/Dezembro</p>	<p>Direção/Coordenação</p>

<p>Ação nº 15:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Manter contínuo fluxo de informações entre SEME, direção, professores, funcionários, pais e comunidade. Informativo da escola; ● Enviar 	<ul style="list-style-type: none"> ● Tornar a comunicação entre SEME, profissionais da instituição e pais transparente e objetiva; 	<p>Recurso humano. material e tecnológico</p>	<p>Fevereiro/Dezembro</p>	<p>Direção/Coordenação</p>
--	---	---	---------------------------	----------------------------

comunicados aos pais e responsáveis;				
Ação nº 17: <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver Projetos Educativos; • Conscientizar através de palestras e reuniões individuais e coletivas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar ações/projetos para orientação de pais e alunos; • Buscar parcerias de profissionais qualificados para palestrar e orientar os pais; 	Recurso humano, material, tecnológico e parcerias de instituições	Fevereiro/Dezembro	Direção/Coordenação

9 NORMAS DO REGIMENTO DA ESCOLA

Cabe aos alunos:

1. Comparecer, pontualmente, às aulas, excursões e outras atividades promovidas pela escola como Mostra de Trabalhos, Festas, homenagens e datas comemorativas;
2. Justificar suas ausências;
3. Acatar a autoridade da Diretoria, dos professores e dos funcionários do estabelecimento de ensino e tratá-los com civilidade e respeito;
4. Tratar com civilidade os colegas;
5. Apresentar-se com asseio, usando o uniforme adotado;
6. Conservar o prédio, o mobiliário escolar e todo o material de uso coletivo, concorrendo, também, para que se mantenha rigoroso asseio do edifício e suas dependências;
7. Indenizar o prejuízo quando produzir danos materiais no estabelecimento ou em objetos de propriedade de colegas, de funcionários ou de professores, quando maior de idade, ou por meio de seu responsável, quando menor de idade;

8. Ter adequado comportamento social, concorrendo sempre, onde quer que se encontre, para a elevação do conceito do estabelecimento de ensino;
9. Devolver os livros retirados na Biblioteca, bem como os livros didáticos, dentro do prazo estipulado.

Fica proibido:

1. Ocupar-se, durante a aula, de qualquer atividade que lhe seja alheia;
2. Trazer para a escola material estranho às atividades escolares;
3. Proferir injúria ou calúnia aos colegas, professores ou funcionários da escola ou praticar contra eles ato de violência;
4. Praticar atos ofensivos à moral e aos bons costumes;
5. Divulgar, por qualquer meio de comunicação, inclusive de publicidade, assuntos que envolvam, direta ou veladamente, o nome da escola, de professores ou funcionários, sem autorização da Diretoria;
6. Utilizar-se de aparelhos eletrônicos sem fins pedagógicos, tais como celulares, iPod, tablets, entre outros, nas dependências da Escola.
7. Gravar nas paredes, no assoalho ou em qualquer parte do edifício ou material escolar de uso coletivo, palavras, desenhos ou qualquer sinal;
8. Mascar chicletes, balas, doces, chocolates no ambiente escolar.
9. O uso indevido de boné no ambiente escolar, exceto, nas aulas de educação física, quando solicitado pelo professor.
10. O uso de capuz no ambiente escolar.
11. Adentrar a escola no contraturno sem autorização prévia da escola, assinada pelos pais.

Pela inobservância dos deveres e proibições, os alunos estão sujeitos às seguintes penalidades:

- I – Repreensão verbal;
- II – Repreensão escrita;
- III – Suspensão de até 3 (três) dias;
- IV – Aconselhamento à transferência de período, se houver esta possibilidade;
- V – Aconselhamento aos pais para que peçam a transferência do aluno caso ele não se adapte às normas da escola, para que tenha a oportunidade de encontrar o ambiente adequado às suas necessidades;

VI - Permanência na escola, condicionada à mudança de postura e comportamento;

VII - Afastamento do quadro escolar, dependendo da gravidade da falta e ouvido o Conselho Escolar e de Classe.

VIII - Responsabilizar-se financeiramente pelos danos causados ao patrimônio público, discente e docente.

Dos Direitos e Deveres da Família do Educando

Direitos dos Pais:

1. Ter acesso às informações necessárias ao acompanhamento escolar e ao desenvolvimento da aprendizagem do educando;
2. Participar de eventos, reuniões e assembleias promovidas pela escola na busca de soluções para os problemas ou necessidades do educando, oferecendo sugestões;
3. Ser ouvida em seus interesses, expectativas e problemas que concorram para a compreensão do desenvolvimento do educando, sempre que procurar a Direção da Escola.

Deveres dos Pais

1. Comparecer à escola e demais atos pedagógicos inerentes ao processo de acompanhamento escolar do educando, como reuniões de pais e mestres e quando solicitado pela Direção, Coordenação pedagógica ou professores da classe;
2. Manter diálogo constante com a comunidade escolar no tocante ao desenvolvimento do educando, procurando manter-se informada quanto a seu aproveitamento escolar;
3. Tratar, com urbanidade e respeito, a direção, professores e funcionários do estabelecimento de ensino;

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum**: educação é a base. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 26 mar. 2020.